

DO APPEASEMENT AO FUNDAMENTALISMO

LONDRES E O RADICALISMO ISLÂMICO

Bernardo Pires de Lima

A Grã-Bretanha vive neste momento dois grandes problemas políticos. Primeiro, uma crise de liderança motivada pelo anúncio de Blair, em Setembro, de que se retiraria de Downing Street no prazo de um ano – anúncio motivado por fortes pressões emanadas de sectores trabalhistas descontentes com as opções de política externa do primeiro-ministro. Segundo, constatou finalmente que o multiculturalismo não pode continuar a justificar o injustificável – ou seja, o que se passou a 7 de Julho de 2005 (7/7) representou o falhanço total das políticas de integração prosseguidas até à data, nomeadamente as das minorias islâmicas.

Se o primeiro acaba por representar um desafio para os trabalhistas, não deixa também de demonstrar que os danos colaterais da relação bilateral com Washington podem ser fatais nos dias que correm, com todos os prejuízos que no futuro isso poderá acarretar para a coesão da comunidade euroatlântica.

Sobre o segundo e principal aspecto desta recensão, convém perceber que Londres rapidamente reagiu à ameaça que ajudara a germinar no seu próprio solo. E isto é por si

só uma demonstração de autocrítica democrática e pragmatismo.

E dizemos que ajudou a germinar pela simples razão de que foi benevolente em relação a uma minoria específica, permitindo que esta se reorganizasse em território britânico, particularmente em Londres, de tal maneira que a jornalista do *Observer*, *Sunday Times* e *Daily Mail*, Melanie Phillips, apelidou este «fenómeno» de «Estado dentro do Estado».

A referência à minoria muçulmana na Grã-Bretanha não contém nenhum elemento xenófobo em si mesmo. O ponto de partida desta recensão é precisamente a distinção entre muçulmanos e radicais islamitas. O todo não pode nem deve ser confundido com a parte, mesmo que este seja o argumento dado pelas autoridades britânicas para nada fazerem no combate ao radicalismo.

Sobre o 7/7, causas e soluções políticas a tomar, Melanie Phillips e Michael Gove – deputado conservador e um dos fundadores da Henry Jackson Society, um *think tank* próximo dos neoconservadores norte-americanos – não divergem na análise do isla-

MELANIE PHILLIPS

**Londonistan: How
Britain is Creating
a Terror State
Within**

Londres,
Gibson Square,
2006, 304 páginas

MICHAEL GOVE

Celsius 7/7

Londres,
Weidenfeld & Nicolson,
2006, 153 páginas

mismo radical que se enraizou na Grã-Bretanha nas duas últimas décadas. Ambos têm uma disposição tendencialmente conservadora quanto à perda de autoridade do Estado e ao maniqueísmo com que as teses multiculturalistas subjagam os líderes democraticamente eleitos. Por outras palavras, ambos são profundamente críticos de um certo laxismo político, da adopção do relativismo moral na sociedade e da cultura de vitimização com que algumas minorias se posicionam no confronto com as autoridades, culpabilizando constantemente Israel ou o Ocidente por todos os males e incapacidades que as afligem. *Londonistan* distingue-se de *Celsius 7/7* na dureza da abordagem ao problema e no conjunto de soluções políticas e jurídicas a adoptar. Este ponto é extremamente interessante porque Michael Gove nunca se distancia totalmente da política externa de Blair, não obstante a sua condição de membro do Partido Conservador. A explicação desta «colagem» pode residir na convergência ideológica do internacionalismo liberal de Blair e das teses neoconservadoras, o que diluiu algum do antagonismo que se poderia esperar da parte dos *tories* (sobretudo do sector mais ligado à herança *thatcherista*). Mas não é pelo facto de salientarem a convergência entre o New Labour e os neoconservadores que estes livros se distinguem. A razão principal de interesse de ambos reside no debate interno que ajudaram a fomentar nos últimos meses em torno do radicalismo islâmico e da perda de autoridade do Estado britânico. Exemplo disto mesmo foi a manifestação em Fevereiro deste ano na zona londrina

de Knightsbridge, feita por radicais islâmicos onde, entre outros *slogans*, se apelava ao bombardeamento da Dinamarca – autora moral dos *cartoons* «ofensivos» ao Islão – ou a vingança que a Europa iria sofrer por parte de outros «fantastic four», numa alusão aos bombistas de Londres. Houve mesmo quem levasse cintos semelhantes aos empunhados pelos bombistas suicidas que proliferam em alguns países do Médio Oriente. Neste sentido, ambos os livros convergem na denúncia do descalabro da autoridade do Estado britânico que, por um lado, está refém da legislação que impede a detenção de indivíduos que proferem este tipo de declarações incendiárias contra os valores mais básicos da civilização e, por outro, moralmente comprometido com as teses multiculturalistas que tudo legitimam sob o espectro do racismo, sempre que medidas mais «soberanistas» são adoptadas.

Outro aspecto interessante, melhor desenvolvido em relação ao cenário interno britânico em *Londonistan* (*Celsius 7/7* tem uma leitura mais contextualizadora do fenómeno radical islâmico à escala global) é a clara expressão do conhecimento das agências de *intelligence* e demais autoridades governamentais de combate ao terrorismo em relação aos incendiários radicais, suas actividades passadas, redes de contactos ou publicações antigas. Todos parecem ser do conhecimento público e Melanie Phillips apresenta um conjunto de dados que nos ajudam a completar o *puzzle* da inércia política em volta disto. Por exemplo, já em 1982, a Islamic Foundation de Leicester afirmava que «O movimento islâmico é uma luta organizada

com vista a converter a sociedade existente numa sociedade islâmica baseada no Corão e na Suna, e a fazer do Islão um código para a vida inteira, dominante e supremo, em especial nas esferas sócio-políticas» (*Londonistan*, p. 143).

Por que nada fizeram os sucessivos governos para enfrentar esta realidade é o que questionam ambos os autores. Sabendo de antemão que o radicalismo islâmico professa a reemergência do califado e tem ambições globais e totalitárias, por que evitaram os sucessivos executivos enfrentar esta problemática político-cultural?

UM PROJECTO SUBVERSIVO DA ORDEM INTERNACIONAL

O totalitarismo islâmico, enquanto projecto político, é identificado como nascido da tríade de ideólogos islamitas, os egípcios Hassan al-Banna, fundador da Irmandade Muçulmana, Sayyid Qutb e o paquistanês Abul Ala Mawdudi. A busca da *jihad* global contra o infiel, a concepção totalitária do Islão como resposta para todos os problemas do indivíduo, a decadência da civilização ocidental e dos seus valores, são parte da ideologia qutbista que vem influenciando gerações de actores não-estatais, grupos clandestinos de terrorismo ou lideranças carismáticas como as de Khomeini, al-Zawahiri ou bin Laden. Neste quadro, como explicar que os ataques de 7/7 tenham sido elaborados por cidadãos britânicos, aparentemente integrados na sociedade, estudantes universitários em Leeds, numa repetição da conspiração do 11 de Setembro, que revelou ao mundo indivíduos altamente educados a desejarem a aniquilação total da sociedade que

os ajudou a ser o que eram. Mohammad Atta, um dos terroristas que fizeram explodir as Torres Gémeas, viveu em Hamburgo, onde tirou uma pós-graduação em arquitectura com uma tese sobre o declínio urbanístico de uma cidade síria sob o jugo da estética ocidental (*Celsius 7/7*, p. 24), uma metáfora poderosa para a perda de influência islâmica no mundo e para o desejo que alguns dos muçulmanos alienados alimentam de afirmar a superioridade da sua civilização, seja por que método for.

Outro dos aspectos relevantes deste debate, melhor desenvolvido em *Londonistan*, é o aproveitamento político-partidário que se fez deste fenómeno, capitalizando-se votos em função do peso eleitoral das comunidades islâmicas. O *mayor* de Londres, Ken Livingstone, ou o deputado do *Respect*, o ultrapopulista trotskista George Galloway, são exemplos disto mesmo, ao fazerem das suas bandeiras eleitorais pontes de convergência com as minorias islâmicas, fomentando muitas vezes uma cultura de vitimização e legitimando anseios que põem em causa os direitos da maioria britânica ou, pelo menos, daqueles que se recusam a aceitar a implantação da *sharia* em solo britânico.

Quando, em finais de Setembro último, o ministro do Interior, John Reid, discursava numa zona problemática de Londres para uma plateia maioritariamente composta por muçulmanos moderados e se viu confrontado com uma agressiva interpelação de um líder religioso sobre a sua autoridade para vir discursar numa «área muçulmana» isso quer dizer que algo vai mal no Reino Unido¹. Que propõem então estes

dois livros? Começemos por Gove. A sua abordagem contextualizadora do fenómeno do radicalismo islâmico impele-o a apontar soluções mais abrangentes no plano da cooperação internacional, e menos focalizadas em Londres ou nos restantes pontos críticos da Grã-Bretanha. Primeiro, salvaguardando a autonomia financeira dos serviços de *intelligence* britânicos para colaborar, com elevada exigência, com os seus parceiros internacionais. Segundo, fortalecer a respectiva liderança e recuperar a credibilidade e autoridade que entretanto ficaram debilitadas pelos ataques de Julho de 2005. Terceiro, aprofundar a crença nos valores que distinguem as sociedades liberais e pluralistas, negando o alcance do relativismo moral ao mesmo tempo que se fortalece o sentimento de cidadania britânica, na qual o modelo para a imigração deve ser o da integração nessa sociedade e nunca a sua guetização, segundo o modelo multiculturalista.

Phillips vai mais longe e por isso o seu livro tem despertado mais reacções nos últimos meses. Primeiro, propõe a criação de tribunais específicos para julgar casos sensíveis relativamente à tendência radical da minoria muçulmana. Segundo, a Grã-Bretanha deve rejeitar algumas provisões do direito internacional e recusar que outros ordena-

mentos jurídicos se sobreponham ao seu, numa clara alusão à influência que a legislação emanada de Bruxelas tem vindo a adquirir no espaço jurídico britânico nos últimos anos. Rejeita, por exemplo, a Resolução sobre o Respeito pelos Direitos do Homem, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a Convenção das Nações Unidas sobre Refugiados. Quarto, intensificar a investigação dos financiamentos sob a capa da «caridade» e que acabam nas mãos de organizações terroristas. Por outras palavras, endurecer a acção policial, recuperando a sua credibilidade junto dos cidadãos britânicos, como forma de recuperar a confiança nas autoridades. Por fim, inspeccionar as escolas muçulmanas, currículos e livros adoptados e, com o auxílio de especialistas, verificar se há incitamentos à violência, a propagação de sentimentos antiocidentais ou deturpação do Corão. Qualquer imã que incite à violência, subversão e terrorismo deverá ser imediatamente detido e julgado. As mesquitas que dão abrigo a este tipo de comportamento deverão ser encerradas e os líderes religiosos moderados cada vez mais apoiados.

Propostas discutíveis, criticáveis e polémicas, sem dúvida. Mas não é isso *fazer democracia* na sua mais básica expressão? **RI**

NOTAS

¹ Cf. Alain Travis – «Defiant Reid Clashes with Islamist Radicals», *The Guardian*, 21 de Setembro de 2006. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/frontpage/story/0,,1877406,00.html>.